







**Continuação**

**Investment Bank**

gurança e pediram a conversão em renda dos valores depositados em juízo em favor do Fisco. Em abril de 2021, houve o arquivamento do primeiro Mandado de Segurança ajuizado pela UBS CCTVM (discussão da diferença de alíquota de 9% para 15%) e confirmação da conversão em renda, realizando-se a respectiva baixa contábil. Outros dois Mandados de Segurança, um ajuizado pela UBS CCTVM e outro pelo UBS BI (discussão da diferença de alíquota de 15% para 20%, tiveram confirmação de conversão em renda e seguimento do encerramento e arquivamento dos processos em janeiro de 2024. (5) IRPJ e CSLL (desmaturalização BM&F) - referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da BM&F, acessório de juros e multa. Foram ajuizadas ações Cautelar e Ordinária com vistas a atestar a incidência de IRPJ e de CSLL em decorrência da transformação dos títulos da BM&F em ações em razão da operação de desmaturalização da bolsa. Isso porque, quando as bolsas de valores deixaram de ser entidades sem fins lucrativos e passaram a ser empresas de capital aberto, os antigos detentores de títulos passaram a ser acionistas, o que ocasionaria, de acordo com a argumentação do fisco, o suposto ganho patrimonial sujeito à tributação de IRPJ e CSLL. A ação foi julgada improcedente em 2009 e, atualmente, aguarda-se o julgamento de recurso de apelação. Não obstante considerar que a Portaria nº 785/77 e o precedente representado pela Decisão nº 13.97 levam à conclusão de que não é devida a tributação em questão, mas considerando as incertezas acerca do entendimento sobre o assunto pelas autoridades fiscais, a empresa, por unanimidade, fundamentada na opinião de seu assessor jurídico, decidiu pela constituição da provisão contábil em montante equivalente a fazer face ao eventual recolhimento dos tributos. O depósito judicial foi realizado espontaneamente na Ação Cautelar com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão e o julgamento de ambos os processos ocorrerá em conjunto. (6) IRPJ e CSLL (desmaturalização BOVESPA) - a Link S/A CCTVM teve contra si lavrado Auto de Infração, o qual deu origem a Processo Administrativo com vistas a exigir IRPJ e CSLL em decorrência da transformação dos títulos que detinha da BOVESPA em ações por conta da operação de desmaturalização. Como os débitos só poderiam ser executados após o encerramento do processo administrativo, foi ajuizado MS e, posteriormente, Ação Cautelar para suspender a exigibilidade do débito e viabilizar a defesa em instância administrativa. Além disso, a Execução Fiscal, que havia sido prematura neste caso, foi extinta com os Embargos. Assim, toda a atividade de cobrança retrocedeu ao seu primeiro estágio, de impugnação ao Auto de Infração. Atualmente, o processo encontra-se em estera administrativa aguardando julgamento de Recurso Voluntário. (7) Trata-se de discussão de trabalhadores decorrentes do curso regular das operações, em que se discute o cálculo de verbas rescisórias. Atualmente, os processos encontram-se em fase recursal. Além disso, no primeiro semestre de 2024, houve o encerramento de um caso trabalhista, também decorrente do curso regular das operações, com a respectiva baixa. (8) Trata-se de ação ordinária de indenização cível ajuizada contra a Link S/A CCTVM decorrente do curso regular das operações, em que se discute o pagamento de danos materiais e morais. Atualmente, o processo encontra-se em fase recursal e, paralelamente, de cumprimento de sentença. Passivos contingentes: A Companhia é parte de processos classificados pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível para os quais não foram constituídas provisões:

Processos judiciais e administrativos tributários classificados como possíveis e sem provisão	-	-	-	8	12.447	5.997
Ações trabalhistas	2	2.698	314	3	2.955	540
Ações cíveis	-	-	-	7	1.692	1.627
	2	2.698	314	17	17.094	8.164

11. Investimentos: a) Investimentos em coligadas e controladas:				
	UBS BB Holding		UBS BB	
	Financiera S.A.		Argentina S.A.U.	
	2024	2023	2024	2023
Capital social	427.714	427.714	-	7.003
Patrimônio líquido ajustado	624.174	644.161	-	3.702
Resultado de exercício	91.042	92.484	(2.609)	(2.609)
Quantidade de ações possuídas	339.605	339.605	-	64.470
Participação no capital social - %	100,00%	100,00%	-	100,00%
Resultado de equivalência	91.042	92.484	(2.609)	(2.609)
Participação na investida	624.174	644.161	-	3.702
Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas número 51, da UBS BB Argentina SAU, datada em 28 de outubro de 2024 foram aprovadas as Demonstrações Financeiras Finais de liquidação encerrada em 31 de julho de 2024 bem como o cancelamento dos passivos e a distribuição dos ativos da companhia para o acionista UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações SA. b) Movimentação do saldo de investimentos:				

Saldo anterior	647.863	900.111
Baixa de Investimento	(4.243)	-
Equivalência patrimonial	88.433	90.164
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.072)	(10.327)
Ajuste de variação cambial de investimentos no exterior	147	335
Equivalência patrimonial - MTM de TVM na investida	(57.116)	(32.420)
Dividendos recebidos	(43.988)	-
Saldo atual	624.174	647.863

12. Imobilizado de uso e intangível: a) Imobilizado de uso:						
	Individual					
	Imobiliza- ções em curso	Instala- ções	Móveis e equipa- mentos	Outros equipa- mentos	Equipamen- tos de proces- samento de dados	Direito de uso de bem
						Total
Saldos em						
31/12/2023	10.466	4.722	680	227	21.228	29.658
Aquisições	2.196	-	57	285	1.389	-
Baixas	-	-	-	-	(2)	(2)
Deprecia- ções	-	(1.587)	(131)	(122)	(6.690)	(12.273)
Saldos em						
31/12/2024	12.662	3.135	606	390	15.925	17.385
Custo	12.662	36.245	6.859	944	49.442	62.056
Deprecia- ção acu- mulada	-	(33.110)	(6.253)	(554)	(33.517)	(44.671)

	Consolidado						
	Imobilizações em curso	Instalações	Móveis e equipamentos	Outros equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Direito de uso de bem	Total
Saldos em 31/12/2023	10.466	17.267	3.430	2.339	25.329	29.658	88.489
Aquisições	2.196	-	57	898	1.492	-	4.643
Baixas	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Depreciações	-	(3.432)	(531)	(901)	(9.621)	(12.273)	(26.758)
Saldos em 31/12/2024	12.662	13.835	2.956	2.336	17.198	17.385	66.372
Custo	12.662	54.688	10.869	5.227	75.386	62.056	220.888
Depreciação acumulada	-	(40.853)	(7.913)	(2.891)	(58.188)	(44.671)	(154.516)
Intangível:							

b) Intangível:	Individual	Instrumento de outorga	Outros ativos intangíveis	Software	Total
Saldos em 31/12/2023	649.952	-	6.424	656.376	-
Aquisições	20.737	-	-	20.737	-
Amortizações	(60.194)	-	(3.312)	(63.506)	-
Saldos em 31/12/2024	610.495	-	3.112	613.607	-
Custo (i)	850.463	-	18.981	869.444	-
Amortização acumulada (ii)	(239.968)	-	(15.869)	(255.837)	-
Consolidado					
	Instrumento de outorga	Sistema de processamento de dados	Outros ativos intangíveis	Software	Total
Saldos em 31/12/2023	649.952	20.508	703	6.424	677.587
Aquisições (i)	20.737	-	-	-	20.737
Amortizações	(60.194)	(1.070)	(37)	(3.312)	(64.613)
Saldos em 31/12/2024	610.495	19.438	666	3.112	633.713
Custo (ii)	850.463	32.100	1.100	23.146	906.809

(i) Valor referente ao Instrumento de Outorga integralizado pela UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ao valor econômico, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria independente. (ii) Valor referente ao instrumento de Outorga integralizado pelo BB-BI a valor econômico, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria independente. (iii) Amortização efetuada de forma linear, de acordo com o prazo esperado de realização entre 5 e 30 anos.

13. Outros passivos:	Individual		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>				
Sociais e estatutárias	42.402	25.710	42.402	25.710
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	55.684	51.120
Impostos e contribuições a recolher	54.600	37.966	97.199	81.246

O Conselho Fiscal da UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas pelas Notas Explicativas e o Relatório de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta de destinação do resultado, as quais foram aprovadas, nesta data, pelo Conselho de Administração. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos e no Relatório dos Auditores Independentes - Ernst & Young Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos e deliberados em Assembleia Geral de Acionistas.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nosso objetivo não é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda do hedge e investimento de seus clientes no mercado, atua como *market maker* em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira

## UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.

CNPJ nº 11.049.895/0001-75

	Individual		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Diversas				
Obrig. Aquisição de bens e direitos	-	-	6.506	5.905
Provisão de pagamentos a efetuar				
Despesas de pessoal	105.961	93.740	209.235	180.475
Outras despesas administrativas	-	-	154	152
Outros pagamentos	-	-	973	863
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 17)	4.149	33	4.226	817
Credores diversos - país				
Contas a pagar - despesas administrativas	25.616	36.223	26.895	37.297
<b>Não circulante</b>				
Fiscais e previdenciárias			120	117
Impostos e contribuições diferidos				
	232.728	193.672	443.394	383.702

14. Imposto de renda e contribuição social: a) A conciliação do imposto de renda e contribuição é a seguinte:

	2024	2023	2024	2023
Correntes				
Resultado Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	121.051	61.615	349.210	105.858
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(41.133)	(20.925)	(107.010)	(45.119)
Não tributável/não dedutível:				
Resultado de participações em controladas	36.678	30.656	58.495	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.518	(4.639)	4.530	(4.630)
Despesas Indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(10.580)	(5.092)	(23.408)	(1.106)
Incentivos fiscais	243	-	1.436	890
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.274)	-	(65.957)	(49.965)
	Individual	Consolidado		
Ativo fiscal diferido	2024	2023	2024	2023
Constituídos no exercício	5.323	30.988	15.230	83.585
Realizados no exercício	(4.517)	(24.945)	(4.953)	(71.820)
Receitas de tributos diferidos	806	6.043	10.277	11.765

b) Créditos tributários: Composição dos créditos tributários:

Apuração de imposto de renda e contribuição social - diferidos				
Base de cálculo:				
Provisão para bônus no exercício	82.791	81.092	228.475	207.940
Amortização do Ágio	-	-	12.589	37.769
Passivos contingentes	-	-	21.696	15.763
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	279.301	253.175	279.301	253.175
Outras provisões	16.662	2.705	17.011	4.144
Base de cálculo:	378.754	336.972	559.072	518.791
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	115.376	114.570	187.503	187.298
Total	115.376	114.570	187.503	187.298

	Individual	Reversão/ utilização
	31/12/2023	31/12/2024
Provisão para bônus no exercício	27.571	578
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	86.079	-
Outras provisões	920	4.745
Total	114.570	5.323

<b>Valores a receber de sociedades ligadas (1):</b>	
UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores mobiliários S.A.	
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.	
UBS AG Stamford	
Credit Suisse (Brasil) S.A.	
<b>Valores a pagar a sociedades ligadas (1):</b>	
UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores mobiliários S.A.	
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.	
UBS BB Banco de Investimento S.A.	
UBS BB Holding Financeira S.A.	
UBS Securities LLC	
<b>Negociação intermediação de valores:</b>	
Comissões e corretagens a pagar (1)	
Devedores conta liquidação pendentes (2)	
Credores conta liquidação pendentes (2)	

(1) Montante referente a reembolsos de despesas administrativas/operacionais conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS. (2) UBS AG Stamford, UBS Limited e UBS LLC, BB - BI e Coligadas. b) Remuneração de pessoal-chave da Administração: Anualmente é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Contrato Social. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as pessoas chave da Administração foram remuneradas, como segue:

	Individual		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração fixa	727	1.045	12.742	13.629
Bônus	-	1.402	15.919	22.323
Encargos sociais	271	855	13.723	12.470
Total	998	3.302	42.384	48.422

17. Receitas bruta de prestação de serviços				
	Individual		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Rendas de assessoria técnica	189.745	100.795	391.348	243.571
Rendas de comissões de colocação de títulos	-	-	224.715	341.223
Rendas de corretagens de operações em Bolsas	-	-	219.599	205.249
Rendas de serviços diferenciados	-	-	11.640	6.694
Total	189.745	100.795	847.302	796.737

	Individual		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas de contribuição social - COFINS	10.112	2.597	40.064	33.838
Despesas de contribuição - PIS	2.111	540	9.222	5.617
Despesas de tributos municipais - ISS	9.487	5.040	43.472	40.435
Total	21.710	8.177	92.758	79.890

19. Pessoal e encargos				
	Individual		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesa de pessoal - proventos - bônus	80.593	77.511	166.615	159.182
Despesa de pessoal - proventos	107.371	103.117	175.012	163.495
Despesa de pessoal - encargos sociais	42.922	40.234	69.582	63.693
Despesa de pessoal - benefícios	14.725	12.371	23.447	19.924
Despesa de remuneração de estagiários	1.206	1.222	1.825	2.000
Despesa de pessoal - treinamento	849	261	1.166	540
Despesas de proventos e encargos - UBS BB Argentina	-	-	-	1.456
Total	247.666	234.716	437.647	410.290

20. Despesas diversas	Individual		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com condomínio	3.082	3.344	3.082	3.344
Despesas manutenção e conservação	2.402	2.192	2.402	2.219
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	4.904	2.072	7.127	3.929
Despesas de publicações, publicidade e propaganda	308	592	308	592
Despesas de serviços de vigilância e segurança	883	808	883	808
Despesas com transporte	354	215	354	215
Despesas de viagem	4.633	2.366	9.483	5.555
Despesas de material	860	987	860	987
Outras despesas	9.142	5.634	11.438	8.389
Total	26.568	18.210	39.397	26.036

### Parceiro do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas pelas Notas Explicativas e o Relatório de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta de destinação do resultado, as quais foram aprovadas, nesta data, pelo Conselho de Administração. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos e no Relatório dos Auditores Independentes - Ernst & Young Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos e deliberados em Assembleia Geral de Acionistas.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nosso objetivo não é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes